



7^{mo}
Congreso de
Medio Ambiente

Actas 7mo Congreso de Medio Ambiente AUGM
22 al 24 de mayo de 2012. UNLP. La Plata Argentina

IMPLANTAÇÃO DE BANCOS COMUNITÁRIOS E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS TERRITÓRIOS

Community Banks implementation and Social development of Territories

Maximiliano Engler Lemos, Luiz Antonio Nigro Falcoski, Carolina Maria Pozzi Castro

Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Engenharia Civil (Engenharia Urbana – PPGEU), Rodovia Washington Luís, km 235, CEP:13565 – 905. São Carlos – SP. Email:
max_engler@hotmail.com, falcoski@ufscar.br, ccastro@ufscar.br

Autor para correspondência: Maximiliano Engler Lemos max_engler@hotmail.com

Palavras chave: Bancos Comunitários, Desenvolvimento Social, Economia Solidária, Território

Key words: Community Banks, Social Development, Solidarity Economy, Territory

ABSTRACT

In answers to inequities of the global economy, another form of economic organization developed in the social and economic climate worldwide, including in Brazil. Such a configuration gained strength since the end of the last century, being called "solidarity economy". This promotes a phenomenon of social and economic inclusion of workers through Solidarity Economic Ventures. Within this context, the EES spread throughout Brazilian territory, mainly from the late 1990 's. Currently exists in the country an expressive number of organized workers and equally in economic ventures of democratic solidarity. This research objective was to verify a form of sees, Community

banks, and how these are effective for the social development of the territories, as well as seek to assess how such an instrument can serve as a strategy in public policies and in the planning of the territory. The study in question aims to identify the adjustments necessary to the territory characteristics and potential for the deployment of a Community Bank. This scientific research also seeks to understand the local factors, public policies that influence or affect the development of territories serviced by this social technology. Regarding the methodological research is qualitative content, with information and data, survey and empirical study in Community Bank Union Sampaio – garden Maria Sampaio in São Paulo – SP. regarding the products were obtained results about deployment, adjustments and public policies for Community banks in Brazilian territory, other than verification of the development (endogenous) serviced territories.

RESUMO

Em resposta às desigualdades da economia em escala mundial, outra forma de organização econômica se desenvolveu no cenário econômico e social no mundo todo, inclusive no Brasil. Tal configuração ganhou força a partir do fim do século passado, sendo denominada “Economia Solidária”. Esta promove um fenômeno de inclusão social e econômica dos trabalhadores, através de Empreendimentos Econômicos Solidários. Dentro desse contexto, os EES difundiram-se por todo território brasileiro, principalmente a partir do final da década de 1990. Existe atualmente no país um expressivo número de trabalhadores organizados democrática e igualitariamente em empreendimentos econômicos solidários. Esta pesquisa teve por objetivo verificar uma forma de EES, os Bancos Comunitários, e como estes se mostram eficazes para o desenvolvimento social dos territórios, além de buscar aferir como tal instrumento pode servir de estratégia nas políticas públicas e no planejamento do território. O estudo em questão almeja identificar os ajustamentos, características e potencialidades necessárias ao território, para a implantação de um Banco Comunitário. A referida investigação científica procura, também, compreender os fatores locais, de políticas públicas que influenciam ou condicionam o desenvolvimento dos territórios atendidos por esta tecnologia social. No que concerne ao teor metodológico a pesquisa é qualitativa, com levantamento de informações e dados, e com estudo empírico no Banco Comunitário União Sampaio – Jardim Maria Sampaio na cidade de São Paulo – SP. Quanto aos produtos foram obtidos resultados sobre a implantação, adequações e políticas públicas

para os Bancos Comunitários nos territórios brasileiros, além da verificação do desenvolvimento (endógeno) dos territórios atendidos.

INTRODUÇÃO

As profundas e crescentes mudanças trazidas pelo processo de globalização neoliberal, o surgimento de regiões com novos paradigmas industriais, as desigualdades sociais atreladas à diminuição da oferta de emprego (formal) e o processo de mudança de organização financeira que, tomou impulso com a reestruturação produtiva do capitalismo a partir de meados da década de 1970, fizeram com que, diversos lugares do mundo buscassem alternativas de desenvolvimento.

Nas últimas décadas do século passado, em resposta a essas desigualdades, uma nova forma de organização econômica (re)apareceu no cenário econômico e social de várias países, inclusive no Brasil: estamos falando da “Economia Solidária”.

Essa “nova” Economia surge como uma das alternativas de ação para o cidadão em geral, frente à acumulação de capital e as disparidades sociais advindas, principalmente, da chamada Terceira Revolução Industrial. Concatenada através de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), tais como cooperativas, associações, grupos de trabalho, bancos comunitários entre outros, seu objetivo visa à geração de trabalho e renda. A Economia Solidária busca promover um fenômeno de inclusão social e econômica dos trabalhadores.

Por essa possibilidade de inclusão do trabalhador através de ações coletivas organizadas, os EES difundiram-se por todo território brasileiro, notadamente a partir do final da década de 1990. Atualmente (2012), existe no país um expressivo número de trabalhadores organizados de forma democrática e igualitária, em empreendimentos econômicos solidários, principalmente sob a forma de cooperativas de autogestão.

Assim, a Economia Solidária tem se constituído como demanda de políticas públicas e é objeto de interesse de pesquisadores no Brasil e em muitos países. O amplo crescimento das ações sociais concernentes à Economia Solidária, ocorrido nos últimos 20 anos, é reflexo da ação pública de diferentes segmentos sociais, ocorridos por meio do incentivo da sociedade civil, organizações governamentais e incubadoras universitárias de cooperativas populares, que buscam agir na contramão do processo atual de trabalho e da concorrência desigual do mercado.

Quanto ao seu funcionamento, a Economia Solidária trabalha com técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população apresentando soluções para a inclusão social. Tais técnicas são chamadas de Tecnologias Sociais (TS).

Pautado nos ideais da Economia Solidária, a presente pesquisa analisa uma das formas de “Finanças Solidárias” – iniciativas que buscam uma relação que foge das características do mercado financeiro tradicional, pois democratizam o acesso ao crédito e agem na sustentabilidade financeira, neste caso os Bancos Comunitários.

Os Bancos Comunitários podem ser considerados um projeto de finanças solidárias de apoio às economias populares que possuem por base os princípios da Economia Solidária e buscam o desenvolvimento socioeconômico de um território. Esses Bancos são tecnologias sociais de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Sob a luz do desenvolvimento endógeno, esta pesquisa buscou, ainda, verificar as políticas públicas empregadas em prol dos territórios abastecidos por essa tecnologia social.

A pesquisa tem por objeto empírico o Banco Comunitário União Sampaio na cidade de São Paulo – SP. O Banco União Sampaio teve seu início em 2009, 11 anos após a implantação do primeiro Banco Comunitário do Brasil, o Palmas, em Fortaleza – CE que é a principal referência brasileira nessa ação de Finanças Solidárias e teve seus trabalhos iniciados no ano de 1998. Atualmente o banco cearense re replica essa metodologia em diversos territórios brasileiros através do Instituto Palmas, inclusive no Banco União Sampaio.

Esta pesquisa iniciou-se a partir da constatação de que os Bancos Comunitários surgem como alternativa aos problemas existentes - sobretudo nas periferias das cidades - que possuem diversas lacunas e um alto grau de degradação social, tal como a falta de empregos formais, ausência de saneamento básico e saúde, dificuldade de acesso à educação, moradias precárias e toda a sorte de mazelas consabidas comuns às cidades brasileiras.

A partir da verificação apontada acima o estudo foi norteado por uma pergunta inicial: “Quais são as relações e variáveis existentes entre a implantação de um Banco Comunitário e o Desenvolvimento Social do Território”? A busca da resposta do questionamento apresentado, fez com que, esta pesquisa fosse dividida em dois pilares de sustentação, teórica e empírica, para a melhor apresentação dos resultados, são eles, primeiro: aspectos conceituais de desenvolvimento e qual o desenvolvimento que buscamos. E segundo os diferenciais da tecnologia social Banco Comunitário para a busca do desenvolvimento.

Quanto a sua aplicação, a pesquisa identificou os ajustamentos, características e potencialidades necessárias ao território para a implantação de um Banco Comunitário, verificou - se quais as reais contribuições deste para o desenvolvimento dos territórios atendidos. A referida investigação científica procurou, também, compreender os fatores locais, nacionais de políticas públicas que influenciam ou condicionam o desenvolvimento social do espaço portador dessa tecnologia social.

OBJETIVOS

Geral

Verificar a relação existente entre a implantação de Bancos Comunitários e o desenvolvimento social dos territórios a partir dessa tecnologia social, além de buscar aferir o modo como o instrumento citado pode servir de estratégia nas políticas públicas e no planejamento do espaço abrangido.

Específicos

Entender a aplicabilidade dos Bancos Comunitários nos diferentes territórios, levantando e identificando quais são as condições (variáveis) de uma localidade que podem favorecer ou desfavorecer a implantação de bancos comunitários.

Identificar, também, as adequações necessárias e as dificuldades apresentadas na implantação e na administração desses Bancos Comunitários, como, por exemplo, a obtenção de recursos, lastro, apoio da comunidade etc.

MÉTODO

De acordo com as formas de classificação de pesquisa (Gill, 2002; Silva e Menezes, 2005), do ponto de vista da natureza do trabalho, esta pesquisa foi aplicada com o objetivo de gerar conhecimentos para atuação na prática. Quanto à forma de abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa e quanto aos seus objetivos, à pesquisa é exploratória.

ASPECTOS CONCEITUAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Esta pesquisa tem como tema a Economia Solidária, sendo o Banco Comunitário compreendido como uma forma de expressão da mesma, que se insere mais especificamente no campo das Finanças Solidárias. Assim, antes de apresentar o Banco Comunitário e localizá-lo especificamente no debate, torna-se necessário uma breve conceituação, apresentando alguns aspectos sobre Economia Solidária.

Singer (2002, *apud* Godoy, 2005, p 14), afirma que: “Economia Solidária é um modo de produção que se contrapõe ao capitalista por ter como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, princípios estes bem diferentes dos já conhecidos por nós e característicos do modo de produção capitalista

como o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios produz sociedades diferenciadas.”

No sistema capitalista vigente, de acordo com o Materialismo Histórico Dialético, a sociedade se apresenta dividida em duas classes básicas: a primeira é possuidora do capital e outra é aquela que, por não dispor de capital, vende sua força de trabalho àquela que o possui.

De acordo com Singer (2002, p 10), “A Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são as prioridades coletivas ou associadas do capital e o direito à liberdade individual”. A aplicação desses princípios une todos ao que produzem numa classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda.

A Economia Solidária tenta romper com o modelo capitalista, pois almeja a construção de uma sociedade com equidade entre as classes de trabalhadores, que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. Para Singer (2002), o resultado natural da aplicação desses princípios se mostra na competição e desigualdade, no contexto do modo de produção capitalista, em contraponto à solidariedade e à igualdade através da Economia Solidária.

Segundo Godoy (2005), a maior diferença entre economia capitalista e solidária está na gestão dos empreendimentos: a *heterogestão* ou administração hierárquica, formada por sucessivos níveis de autoridade - ordens e instruções de cima para baixo são características capitalistas; enquanto os EES funcionam sob a base da autogestão que, ainda segundo Godoy (2005), é a prática da empresa ou cooperativa solidária de realizar uma administração democrática possuidora da premissa da necessidade de todos os sócios estarem informados e participantes.

Já segundo França Filho (2003, p 33), “[...] a economia solidária é uma corrente de pensamento e de ação que visa recuperar o sentido social e ético da economia para enfrentar a desigualdade, a pobreza e a exclusão”. Trata-se de um enfoque baseado na supremacia do indivíduo e da sua capacidade de realização, mas de um indivíduo capaz

de apoiar e ser apoiado por outros e de reconhecer restrições à sua liberdade perante os direitos dos demais. Nesse sentido, pretende incidir sobre as relações sociais consubstanciadas nos intercâmbios econômicos, garantindo que estejam de acordo com os direitos e obrigações de todos os envolvidos. A lógica da economia solidária é a procura da satisfação das necessidades e não apenas o acumular de lucros.

O Ministério do Trabalho e Emprego (2010), afirma ainda que a Economia Solidária é um modo de produção pautado sobre quatro princípios básicos: a *autogestão*, citada anteriormente por Godoy (2005); a *cooperação*, a *dimensão econômica* e a *solidariedade*.

A Cooperação é a existência de interesses e objetivos comuns, realizada através da união dos esforços e capacidades de cada indivíduo, e regida pela propriedade coletiva de bens e partilha dos resultados além da responsabilidade solidária.

Já a Dimensão Econômica é uma das bases de motivação para a agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações rumo a produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Esta envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

E por fim, o caráter da Solidariedade nos empreendimentos que, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2010), “é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores.”

A partir de algumas visões apresentadas sobre o termo Economia Solidária pode-se dizer que este é um fenômeno que assume uma posição política de confronto com a hegemonia capitalista e neoliberal, principalmente por apresentar condições de criação

de empregos e de promoção do desenvolvimento territorial sustentável, partindo do desenvolvimento social em territórios com um elevado grau de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social.

Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial

O paradoxo do sistema capitalista que se instalou no mundo, principalmente a partir dos anos de 1970, é evidente: por um lado, o crescimento econômico e a concentração de riqueza na mão de poucos, por outro, o aumento da pobreza e a péssima condição social de inúmeras pessoas, além dos problemas ambientais (Vecchiatti, 2004).

Diante dessa realidade, segundo Félix *et al.* (2009), cada vez mais ganham espaço questionamentos e transformações que articulam as discussões sobre os processos de desenvolvimento, baseadas em uma perspectiva sistêmica, de articulação sócio-institucional e sócio-produtiva.

A Economia Solidária, portanto, surge sobre a ótica das potencialidades locais, articulação da sociedade com o território, e autogestão dos meios de produção, com uma grande força nesses espaços de discussões contra o paradoxo da desigualdade social, decorrente do sistema hegemônico, pois “(...) considera em todas suas ações o ser humano na sua integralidade, como sujeito e finalidade da atividade econômica, expressa uma forma de organização econômica que valoriza o trabalho associado, a propriedade social e coletiva, a cooperação e a autogestão nos empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos” (RTS – Rede de Tecnologia Social, 2010).

Esse modo de produção traz, como diferencial significativo baseado nas idéias de Desenvolvimento Endógeno de Castells (1999), a busca de uma intervenção territorializada, local, ao gerar uma matriz de projetos e de ações continuadas a partir da mobilização de diferentes atores que transformam o território, capazes de representar soluções para um desenvolvimento inclusivo, sustentável, sustentado e endógeno (Castells, 1999).

Nessa perspectiva, a busca pelo desenvolvimento pautado nos ideais da Economia Solidária se materializa na valorização das potencialidades e das identidades sócio-culturais e ambientais, forças sinérgicas, interação, participação e sociabilidade, no intuito de capturar e unir manifestações, tecnologias sociais capazes de abrir novos caminhos de desenvolvimento local. (Baudouin & Collin, 2006; Castells, 1999; Santos & Silveira, 2001; Silveira, 2006 *apud* Félix *et al.*, 2009).

As já citadas crescentes desigualdades sociais e o aumento das taxas de desemprego formal, são advindas de inúmeros fatores, dentre eles, a concorrência desleal do capitalismo, a globalização, o esvaziamento do Estado do Bem Estar Social, as reestruturações empresariais e industriais, como corte de mão de obra em tempos de crise, ou crescente inovação tecnológica, que também gera corte de pessoal.

Tais características capitalistas, fizeram com que esse novo tipo de organização solidária, realmente ganhasse força e emergisse como uma alternativa viável à contradição capitalista, principalmente no que diz respeito ao “social”.

No Brasil, vários casos de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) estão sendo bem sucedidos e vem ganhando apoio de outras instituições como Igrejas, Prefeituras Municipais, ONGs, Universidades e Agências Financiadoras.

Esse apoio deve-se muito a uma ideia básica da Economia Solidária, qual seja: “[...]produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem” (Ministério do Trabalho e Emprego, 2009).

Interessante ressaltar que os EES ganham importância também a partir do ponto de vista em que fomentam o Desenvolvimento Territorial, pois se organizam localmente e estão atrelados à comunidade e sociedade local. Os EES possuem identidade, apoio, e suscitam a soma de esforços em prol da própria população local.

Esse fato é corroborado quando analisamos as novas teorias e políticas que têm proposto que – diferentemente do desenvolvimento econômico centralizado – as

políticas de desenvolvimento sejam elaboradas em nível local e regional, de forma a levar em conta as singularidades de cada região e de seus atores locais (Souza Filho, 2006; Albuquerque, 2004; Boisier, 1996 *apud* INCOOP/UFSCar, 2008).

A partir da perspectiva do desenvolvimento local e regional, vale ressaltar o conceito de “território” e como se concebe a interação dos atores sociais e sua mobilização em torno das diversas estratégias e projetos para o desenvolvimento local.

Considerando o “território” como produção social, Mendes (2007, p 7) destaca que o território não deve ser considerado como sujeito social, ator social ou protagonista, mas como uma inscrição da sociedade no espaço.

Santos (1992, p 32) evidencia a importância de se reconhecer no território uma unidade espacial de trabalho. Santos (1992) afirma, ainda, que o território é uma unidade espacial constituída por frações funcionais diversas, que funciona a partir de demandas em vários níveis, do local até o mundial e que se encontram articuladas por fluxos criados e mantidos pelas atividades dos atores sociais.

Para Andrade “[...] o território está associado à idéia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (Andrade, 1995, p 19).

Andrade (1995), insere no conceito de território, as “territorialidades”, para esse autor, são essas que estão associadas às relações sociais, ao sentimento de pertencimento e de apropriação de um território, o que leva a territorialização. “Esta é a forma de como se materializa o território, bem como a manifestação das pessoas, a especialização de qualquer segmento da sociedade como, por exemplo, a produção econômica de um determinado produto: Pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado” (Morelli & Suertegaray, 2009).

“A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas”. (Andrade, 1995, p 20).

Com o processo de globalização e as conseqüências do capitalismo financeiro o “território”- local- e as territorialidades, verdadeiramente passaram a ser valorizados enquanto esfera de construção social via descentralização político-administrativa.

Nessa ótica, é a sociedade quem lidera e realiza o seu próprio processo de desenvolvimento, mobilizando os fatores produtivos disponíveis em seu território, utilizando seus valores e instituições locais como agentes de comunicação e operacionalização de tal processo.

Um dado processo de desenvolvimento está, então, intrinsecamente ligado às territorialidades, ou seja, às características dos arranjos sociais e das relações cívicas encontradas em um dado território.

A ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (2004, p 21), afirma que: “A Economia Solidária parte do princípio de que o central na organização da sociedade é o ser humano. É essa noção que vai redefinir relações sociais, econômicas, afetivas e produtivas. Portanto, a formação em Economia Solidária precisa dialogar com o trabalhador, trazendo para o conteúdo do processo formativo o sentido que é dado pelas vivências e anseios do trabalhador.”

Principalmente em países emergentes, ou subdesenvolvidos, os EES ganham um respaldo da população, que se sente parte do processo do desenvolvimento e passa a possuir autonomia a partir da autogestão dos empreendimentos, e também apoio dos governos, que não conseguem suprir as necessidades de emprego e seguridade social almejados pela Economia Solidária.

Atualmente no Brasil, o Poder Executivo Federal, vêm desenvolvendo uma política específica para tais tipos de empreendimentos, levando apoio direto e indireto à Economia Solidária, mediante o financiamento das entidades que difundem, amparam e incubam empreendimentos solidários.

Ao mesmo tempo, o Governo Federal, por meio de alguns dos seus ministérios, vem também implementando políticas públicas de fomento ao desenvolvimento territorial tendo a Economia Solidária como um de seus eixos de atuação (Ferraz, 2007).

As políticas públicas de Economia Solidária devem propor a ideia de políticas de geração de trabalho e renda, apresentando o conceito de “*desassalariamento* da economia” por meio da autogestão.

Economia Solidária e Finanças Solidárias

Ao longo das últimas duas décadas, a Economia Solidária vem sendo uma alternativa de geração de trabalho e renda para aqueles que foram excluídos do mercado capitalista, passando a ganhar amplitude como movimento social.

Muitos dos empreendimentos de Economia Solidária se constituem e operam nas esferas da produção, da distribuição, do consumo, da poupança e do crédito, e podem tomar a forma de cooperativas, associações, clubes de trocas, empresas *autogestionárias*, fundos rotativos, Bancos Comunitários etc. Tais práticas econômicas estão crescendo não só no Brasil, mas em vários países da América do Sul, assim como em várias outras partes do mundo (Singer, 2003). Essas ações econômicas são chamadas de “Finanças Solidárias”.

Apesar das inúmeras polêmicas geradas em torno das definições e concepções sobre as distintas modalidades financeiras destinadas a populações pobres, as diferentes correntes são praticamente unânimes em afirmar que seu objetivo principal é ampliar o alcance do financiamento, de modo a atingir aqueles que estão à margem do sistema financeiro tradicional.

Entre os variados nomes e definições, podem-se citar o microcrédito, as microfinanças, as microfinanças descentralizadas, as microfinanças de proximidade ou ainda, adotadas neste trabalho, as “finanças solidárias” como os termos mais empregados para definir tais iniciativas que de alguma maneira estabelecem outro tipo de relação com o dinheiro (Abramovay & Junqueira, 2005).

Essas iniciativas buscam uma relação que foge das características do mercado financeiro tradicional, pois democratizam o acesso ao crédito e agem na questão da sustentabilidade financeira dos programas. Mas, além disso, ressalta França (2001), há uma preocupação com a utilidade social do investimento, pois: “Tratam-se assim, com estas experiências, de afirmação de uma finalidade de aplicação ética do dinheiro na direção daqueles projetos articulando por exemplo um trabalho de luta contra a exclusão, de preservação ambiental, de ação cultural, de desenvolvimento local, etc” (França, 2001, p 131).

Segundo Singer (2002), as “finanças solidárias” retomam as origens das práticas de ajuda mútua entre parentes e amigos para associar finança e confiança. O empréstimo de bens e dinheiro surge como atitude de reciprocidade entre aqueles que enfrentam necessidades periódicas (Vasconcelos, S/D).

O crescente domínio das instituições financeiras sobre este campo, entretanto, tornou o crédito cada vez mais caro e de acesso restrito, estimulando, com o agravamento das crises econômicas, a retomada de práticas solidárias.

O termo Finanças Solidárias, portanto, remete a um conjunto de experiências que, no âmbito da Economia Solidária, contribui para a democratização do sistema financeiro.

INCLUSÃO DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS EM DIFERENTES TERRITÓRIOS

A década de 1990 foi marcada pela proliferação e consolidação de experiências no campo das finanças solidárias. Essas inúmeras experiências, disseminadas principalmente pelo Terceiro Mundo, começaram a mostrar resultados expressivos e a despertar interesse por parte de pesquisadores e formuladores de políticas públicas. (Abramovay & Junqueira, 2005). “Essas organizações – com destaque para o Grammen Bank, em Bangladesh; o Banco Rakyat, na Indonésia; o Banco para Agricultura e Cooperativas Agrícolas, na Tailândia; o Banco Sol, na Bolívia, entre outros – demonstram, de forma geral, que, apesar de trabalhar com um público que não possui garantias e demanda pequenas quantidades, representando altos

custos de transação , são viáveis, porque possuem uma baixa taxa de inadimplência, são pouco dependentes de subsídios e conseguem um elevado alcance do público alvo, ao mesmo tempo em que estão contribuindo *para tirar uma parcela da população do estágio de pobreza em que se encontra* (Yaron,1994 *apud* Abramovay & Junqueira, 2005).



I. Moedas sociais

Fonte: Freitas, 2010

Figura 1. Moedas Sociais de diferentes lugares do mundo.

Figure 1. Social currency from different places in the world.

Parece certo que muitos programas de finanças solidárias têm alcançado progressos consideráveis em termos de alcance e sustentabilidade. “Isso lhes tem permitido expandir a oferta de serviços financeiros a clientelas desprovidas de garantias, feito que há pouco mais de duas décadas era considerado impossível” (Abramovay & Junqueira, 2005).

Baseado em Leite *et al.* (2007), a primeira experiência em anos recentes que temos conhecimento são os LET'S (Vamos!), no Canadá, que surgem a partir do diagnóstico de que faltava um circulante local. Essa carência impedia a troca de mercadorias e deprimia o mercado. “O sistema LET'S se enquadrava como de “crédito mútuo” e funcionava com as operações sendo registradas em contas correntes dos membros de grupos relativamente pequenos. Dessa forma, a circulação de produtos e serviços não era intermediada por um bilhete, mas sim através do registro na conta de cada participante, podendo aumentar ou diminuir seu saldo dependendo da transação que realizar. Este sistema logo se multiplicou, expandindo-se pelo Canadá, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia” (Leite *et al.*, 2007).

Na Europa, começou pela Grã-Bretanha, e depois na França mudou de nome, tornando-se SELs (Sistemas de Trocas Locais). Como uma inovação deste sistema, Paul Glover, um membro antigo de LET'S, protagonizou a idéia de imprimir notas, que serviam como “meio de pagamento que não podia sair da região em que foi gerado” (Soares, 2006). “Para diferenciá-lo do dinheiro formal, o valor dos produtos era estabelecido de acordo com o tempo de trabalho gasto para produzi-lo”. Esta foi a “primeira moeda social contemporânea”, que foi denominada de “horas de Ithaca” – uma referência à cidade de Ithaca, nos Estados Unidos, palco desta experiência. Sua circulação é restrita à região e são aceitas por vários comércios e serviços da cidade. O câmbio é feito através da paridade de 10 dólares por hora (Soares, 2006).

Experiência Francesa

Em pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2011, verificou-se algumas das experiências de moedas sociais na França, o país foi sede da *Conferência Internacional sobre Moedas sociais e complementares 2011 – “Trinta anos de moedas sociais e complementares: e agora?”*.

A França possui como experiência diferenciada nas moedas sociais o “Sol” – que está presente em mais de 10 territórios e em 5 regiões francesas : *Ile de France, Norte Pas-de-Calais, Bretanha, Rhône Alpes e Alsácia*



Fonte: Freitas, 2010

Figura 2. Moeda Social – Sol

Figure 2. Social money -Sol

O “Sol” é uma experimentação francesa de Moeda Social que incentiva comportamentos cívicos, solidários e ecologicamente responsáveis. A moeda na realidade é um cartão que funciona por fidelidade e que permite acumular pontos Sol e reutilizá-los para regular uma parte das suas compras na rede dos parceiros Sol. A moeda tem por objetivos:

- Contribuir para o desenvolvimento da economia local, social e solidária;
- Tornar visível e reconhecer o valor dos comportamentos solidários, ecológicos e cidadãos.
- Trocar tempo, entre pessoas ou entre associações, acender a serviços propostos sob a forma de tempo.
- Tornar visível o conjunto das riquezas das atividades humanas hoje invisíveis ou desvalorizadas (cooperação, solidariedade etc.),
- Facilitar as trocas, criar mecanismos de solidariedade e de cooperação entre diferentes parceiros, contribuir para o desenvolvimento respeitoso do ser humano e o ambiente,
- Promover a economia solidária, sua criatividade e sua capacidade de inovação.
- Questionar a natureza e as formas de produção do que é fabricado, consumido e trocado.
- Contribuir para estabelecer a economia à fila de meio e não de fim.
- Contribuir para a valorização do potencial de troca de cada um e fazer reconhecer que a riqueza é produzida por cada um.
- Valorizar a participação na vida local, incentivar as ações solidárias sobre um território.



Fonte: <http://www.sol-reseau.org/IMG/pdf>

Figura 3. Símbolo da Associação dos usuários da Moeda Social – SOL

Figure 3. Logotype of the SOL- Users of Social Money Association.

Uma singularidade da moeda francesa é a possibilidade de diferentes segmentos poderem utilizar o cartão, como autoridades locais, centros sociais, comitês de empresa etc. (Freitas, 2010).

Experiência do Banco Grammen

O Banco Grameen, segundo Musa (2001) “é um tipo especial de banco que empresta ao mais pobres dentre os pobres sem qualquer lucro.” Foi fundado pelo economista de Bangladesh, Prof. Muhammad Yunus, numa pequena vila chamada Jobra, em Bangladesh. O Banco Grameen empresta aos pobres através da formação de grupos. Em cada grupo deve haver cinco mulheres ou homens. Cerca de 97% dos tomadores de empréstimo são mulheres. Depois de conseguir o empréstimo no Grameen, estas pessoas tornam-se trabalhadores autônomos e tentam melhorar seu estilo de vida e condição sócio- econômica. Elas estão tomando empréstimos e utilizando o dinheiro emprestado adequadamente em negócios apropriados e, gradativamente, ampliam seus proventos. Com o passar do tempo, vão aumentando seus empréstimos para expandir seus negócios. Antes de aderir ao Banco Grameen, viviam em casas precárias. Não podiam educar seus filhos e nem sequer prover suas necessidades mais básicas. O Grameen oferece vários tipos de empréstimo como: Geral, Sazonal, Leasing, Habitacional, Saneamento etc. A taxa de recuperação destes empréstimos é de praticamente 98%. Com o tempo, os emprestadores adquirem confiança e vão assumindo maiores responsabilidades na comunidade (Musa, 2001).



Fonte/Source: http://www.propagandasustentavel.com.br/public/2006_grameen.jpg

Figure 4. Símbolo do Banco Grammen

Figure 4. Logotype of the Grammen Bank

Segundo Yunus (1997), o Projeto Banco Grameen (traduzido do idioma bengali, grameen quer dizer aldeia), surgiu com o propósito de explorar a possibilidade de desenhar e edificar uma estrutura por meio da qual a população rural pobre de Bangladesh pudesse se integrar a um sistema bancário viável.

Na prática, seria um lugar onde os pobres do campo pudessem obter pequenos empréstimos, em condições razoáveis para financiar microempresas.

Esse projeto levou em consideração os seguintes objetivos:

- estender os serviços de crédito aos mais pobres;
- eliminar a exploração dos pobres pelos agiotas;
- criar oportunidades de auto-emprego;
- propiciar, aos excluídos, um formato organizacional que pudesse compreender e operar, desenvolvendo confiança sócio-política-econômica, por meio de apoio mútuo;
- inverter o círculo vicioso de “baixo nível de receitas, baixo nível de investimentos e baixo nível de receitas” para um sistema de “aumento do nível de receita, aumento do crédito, mais investimento, mais receitas”.

A experiência foi exitosa, e, em 1983, o projeto foi transformado em um banco independente com o nome de “Grameen Bank”, podendo então, exercer todas as funções de instituições financeiras reguladas. Uma das características do Grameen é

que o “Banco é que vai ao cliente”. A instituição, em 1999, estava atuando em 39 mil aldeias, o que representam mais de 50% do total das aldeias de Bangladesh – o país possui 69 mil aldeias. Atualmente são mais de 1.100 agências, num total de 13 mil funcionários.

No Brasil além dos Bancos Comunitários que foram o objeto desta pesquisa, existem também, diversas experiências de Finanças Solidárias, como por exemplo: as feiras de trocas solidárias, compras coletivas, entre outros.

FINANÇAS SOLIDÁRIAS NO BRASIL

Segundo as diretrizes da II Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES, 2010, p 25): “Uma ação voltada à democratização do crédito deverá valorizar iniciativas existentes na área das finanças solidárias. No que se refere às agências de financiamento, devem ser estimuladas as cooperativas de crédito, as OSCIPs de microcrédito, os bancos comunitários, as fundações públicas e os fundos públicos de desenvolvimento, além dos fundos rotativos e os sistemas de moedas sociais circulantes locais, lastreados em moeda nacional (Real) e outros sistemas de moeda social como formas criativas de lastros. A democratização do crédito e acessibilidade, pelos empreendimentos solidários exige que se consolide e se amplie a presença de uma vasta rede destas organizações pelo país, criando um Sistema Nacional de Finanças Solidárias, o que requer um fundo de financiamento específico com controle social, como também o desenvolvimento de um marco legal apropriado, capaz de lidar com as questões tributárias, com o problema da capitalização das instituições, da captação de poupança, da cobrança, dentre outros”.

Em 2007, foi assinado no Congresso Nacional o Projeto De Lei Complementar Nº 9307, proposto pela Sra. Luiza Erundina que estabelece: “a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias e dá outras providências (PLC 9307, 2007).”

Abaixo são apresentadas algumas iniciativas de finanças solidárias citadas pela CONAES (2010).

Feira De Trocas Solidárias

As Feiras de Trocas Solidárias são espaços em que se organizam trocas de produtos, serviços e saberes por meio da cooperação entre os participantes, ao invés da acirrada competição do mercado. Para isso, é feito uso de uma moeda social como ferramenta para facilitar as trocas durante a feira. A moeda social substitui a moeda oficial em eventos e experiências onde as pessoas atuam como produtores e consumidores em circuito fechado, eliminando assim o obstáculo da escassez do dinheiro. Diferente da moeda oficial, a moeda social não tem juros, e por isso não oferece vantagens ao ser acumulada, promovendo desse modo a distribuição mais igualitária de produtos, serviços e saberes (cf. cartilha do Programa Nacional de Apoio as Feiras de Economia Solidária).

O *Eco banco* é o mecanismo responsável por criar, regulamentar e operacionalizar a circulação da moeda social, que é gerada a partir de uma operação simples: produtores ou pessoas interessadas em participar das trocas solidárias depositam uma parte da sua produção e/ou de seus produtos no banco e recebem, no ato, a correspondente quantidade de moeda social, segundo uma tabela de valores pré-fixados pelo Eco banco. Já de posse da moeda social, as pessoas participantes da feira podem ter acesso a outros produtos e serviços disponíveis no local.

As Feiras de Trocas Solidárias apresentam-se como uma solução para facilitar o acesso ao consumo de pessoas em situação de vulnerabilidade social, além de proporcionar um ambiente pedagógico tanto para produtores como para consumidores desenvolverem e praticarem os princípios da economia solidária: cooperação, autogestão, confiança mútua, preocupação ambiental, consumo consciente. Uma experiência bem sucedida desse tipo de iniciativa é a Feira de Trocas Solidárias do Centro de São Paulo-SP, gerida por um comitê formado pelos integrantes da Associação Minha Rua Minha Casa, alunos do Programa de Extensão de Serviços à Comunidade da Universidade de São Paulo e pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas.



Fonte: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, Fundação Getúlio Vargas.

Figura 5. ‘Miruca’, moeda social utilizada na Feira de Trocas Solidárias do Centro de São Paulo-SP.

Figure 5. ‘Miruca’, social currency used at the Bartering Solidarity Fair of São Paulo downtown, SP.

Banco de Serviços Solidários

O objetivo fundamental de um banco de serviços solidários (conhecido como “banco de tempo”) é propiciar a integração solidária entre os membros de uma comunidade por intermédio de troca de habilidades pessoais. Cada membro prontifica-se a realizar algum tipo de atividade para a comunidade, a partir da realização ele recebe créditos equivalentes ao tempo de serviço prestado, ficando habilitado a demandar serviços dos quais tenha necessidade. Nesse caso, não há distinção em termos de qualificação do serviço prestado; ao contrário, as habilidades são valorizadas igualmente. Um determinado tempo de serviço prestado (geralmente a hora/ trabalho) equivale a um crédito, qualquer que seja o serviço.

“Os primeiros Bancos de Tempo surgiram na Itália, no início da década de 90 e o maior número de experiências em atuação ainda se encontra concentrado na Europa, principalmente na Itália, Espanha e Portugal. A grande maioria dessas organizações conta com infra-estrutura e apoio oferecidos por programas públicos, algumas vezes em parceria com ONGs, embora existam também alguns projetos privados.

A maioria deles se caracteriza por um mutualismo indireto, uma vez que não há transação direta entre os membros. A unidade de troca é a hora, e todos os serviços são

considerados de valor igual, não havendo qualquer tipo de escala de equivalência de serviços (Soares, 2006, p 147)”.

Ainda segundo Soares (2006), uma agência se responsabiliza por administrar um sistema de cadastramento de serviços oferecidos por membros do banco, por fomentar trocas desses serviços (divulgando entre os membros os serviços disponíveis para troca e inserindo novos serviços, tanto pela capacitação de membros em novos serviços como na busca de novos membros ao grupo) e por contabilizar as horas realizadas: a cada serviço prestado, é creditado ao prestador deste o valor correspondente em horas, e reduzido, em mesmo valor, os créditos disponíveis do tomador do serviço.

O funcionamento desse tipo de iniciativa pode ser centralizado em poucos indivíduos ou gerenciado coletivamente; é possível utilizar intensivamente tecnologia de informação (operacionalização complexa) ou basear o gerenciamento em quadros e cartazes (funcionamento mais simples).

Banco Comunitário

Considerado serviço *sui generis* de finanças solidárias para o desenvolvimento socioeconômico de territórios, e objeto de estudo desta pesquisa, o Banco Comunitário está bem caracterizado e conceituado como projeto de apoio às economias populares de territórios com baixo desenvolvimento socioeconômico, tendo por base os princípios da Economia Solidária e oferecendo à população excluída do sistema financeiro quatro serviços: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária.

Além disso, é possível assumir essa tecnologia social como sendo possuidora de um destacado papel de promotora do desenvolvimento territorial, da organização comunitária, ao articular – simultaneamente – produção, comercialização, financiamento e capacitação das comunidades do território (Silva Júnior, 2007).



Fonte/source: <http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/10043>

Figura 6. Palmas, moeda social do Conjunto Palmeiras – Fortaleza-CE.

Figura 6. Palmas, social currency at Palmeiras – Fortaleza-CE Group.

FINANÇAS SOLIDÁRIAS E BANCOS COMUNITÁRIOS

Alguns estudos já foram realizados sobre os Bancos Comunitários no Brasil, como funcionam e como se organizam. Partindo deste princípio, existem algumas definições sobre esta ação de Finanças Solidárias, neste trabalho tomou-se por base a definição da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006), em que Bancos Comunitários são considerados: “Serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária”.

Para França Filho (2007 *apud* Silva Junior, 2007), muitas são as razões indicando sua originalidade. Segundo este autor: “[...] devemos reconhecer duas condições que tornam o Banco Comunitário, um tipo de banco e de empreendimento de microfinanças incomum: a hibridação de diferentes fontes de financiamento (moeda social, crédito para produção, empréstimos a juros subsidiados, etc.) e a construção conjunta da oferta e da demanda” (França Filho, 2007).

Ainda de acordo com este autor, uma característica que ele considera quase como uma premissa para a instalação de um banco comunitário é a mobilização “endógena” do território, ou seja, o desejo deve ser intrínseco da comunidade, “(...) ainda que exista uma motivação e processos de excitação por agentes externos” (Silva Junior, 2007, p 4).

Primeira Experiencia de Banco Comunitário No Brasil

No contexto brasileiro, as experiências de Bancos Comunitários têm seu início no fim da década de 1990, quando surgiu o primeiro Banco Comunitário brasileiro - Banco Palmas, fundado em janeiro de 1998, no Conjunto Palmeiras, bairro da periferia de Fortaleza no Estado do Ceará.

Esse banco surgiu pela “(...) dificuldade dos moradores em arcarem com as despesas básicas de água, luz e alimentação” (Banco Do Nordeste Do Brasil, 2008). A situação descrita acima fez com que a população, sem fonte de renda, buscasse outros bairros, onde o custo de vida fosse zero. Diante disso, para enfrentar o problema de pobreza local, a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), organizou um projeto de geração de trabalho e renda para que as famílias fossem estimuladas a produzir e comprar localmente (Sondagem das Experiências de Moedas Alternativas em Curso No Brasil, 2008, p 38).

Histórico da experiência do Conjunto Palmeiras

O Conjunto Palmeiras é um território com aproximadamente 30 mil habitantes, situado na periferia da cidade de Fortaleza. Nessa comunidade viviam em 2009 cerca de 5 mil famílias cuja renda, em 80% dos lares, fica abaixo de dois salários mínimos/mês, e 70 % da população não tem emprego formal.

A história do bairro tem seu início em 1973 quando chegaram os primeiros habitantes vindos de despejos realizados, principalmente, na região litorânea da cidade. Isso ocorreu devido à execução do plano metropolitano de urbanização que culminou com a abertura de novas ruas e avenidas e com a conseqüente especulação imobiliária.

Essa população indigente foi "atirada" numa área pantanosa, coberta por lama e vegetação densa, extremamente inadequada para a convivência humana (França Filho & Silva Júnior, 2003)

Os moradores que lá chegaram, foram construindo espontaneamente seus barracos, dando origem a uma grande favela, sem rede de saneamento básico, água tratada, energia elétrica, escola ou outro serviço público. Inicialmente, a assistência à população local seguiu-se atrelada a atuação da extinta Fundação do Serviço Social de Fortaleza, órgão então ligado à Prefeitura municipal.

Os serviços prestados pelo órgão oficial jamais satisfizeram as extremas carências de meios para construir uma vida com o mínimo de dignidade, em razão do volume da demanda e do enfoque no atendimento, mais assistencial. A saída então foi a comunidade se unir e atuar como grupo de pressão junto aos governos para terem seus desejos de inclusão social atendidos.

As primeiras formas de organização da comunidade datam desta época: a construção da Casa de Parto – iniciativa de representantes de algumas quadras, constituindo-se como uma espécie de embrião da associação de moradores; a Escola de 1º Grau e o Centro Social.

No final dos anos 70, acelera-se o crescimento do Conjunto Palmeiras com a chegada de um outro público, constituído de pessoas desassistidas em outras áreas que viam naquele lugar a possibilidade de construção do seu habitat. Ocorre então o fortalecimento de um movimento social no bairro em busca da sua organização. As conquistas iniciais estimularam a organização das pessoas numa perspectiva de transformação da comunidade.

É nesse quadro, em 1981, que ocorre a fundação da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e começa o processo de organização das famílias. O resultado é que hoje o Palmeiras dispõe de redes de água e energia elétrica, e também de um canal de drenagem de 1.700 m (construído em regime de mutirão), assim como está organizado por quadras e tem implantada sua rede de esgotamento sanitário, além de outros serviços públicos, como transporte, escola e postos de saúde.

“Certamente, tudo isso não seria alcançado sem a mobilização da ASMOCONP e de seus líderes, cujas lutas marcantes são exemplos na história do movimento comunitário no Brasil” (França Filho & Silva Júnior, 2003).

A Organização Endógena Do Bairro – Associação Dos Moradores Do Conjunto Palmeiras – Asmoconp

A ASMOCONP surgiu para organizar e mobilizar a população do Palmeiras em busca da melhoria das suas condições de vida mais gerais, articulando três planos de atuação: o político, mobilização e participação das pessoas em torno de questões públicas; o social, reforçar a base das relações e convivência entre os moradores; e o econômico, a partir das várias atividades produtivas que são empreendidas.

Através das mobilizações dos moradores e de diversas parcerias, a ASMOCONP foi aos poucos construindo o bairro. Várias são as ocasiões que resumem a participação política presentes nos 30 anos da ASMOCONP. Pode servir como referência a luta, por volta de 1985, pela manutenção de um programa de assistência do governo federal que destinava cestas básicas para famílias de baixa renda cadastradas nos postos de saúde.

Um segundo momento que demonstra o poder do associativismo conjugado às lutas sociais ocorreu no ano de 1988 e o problema era o desabastecimento de água. Também nesse período, a ASMOCONP encampa uma “batalha política” e obtém a instalação da energia elétrica no bairro/favela. “Além destas conquistas junto aos governos (nacional e subnacionais), as parcerias da ASMOCONP, no final da década de 80, já se estendiam a cooperação internacional. Por volta de 1990, apoiado pela GTZ (uma Agência alemã de cooperação internacional sob a forma de apoio técnico ligada ao governo daquele país), fora construído 1700 metros de canal de drenagem em regime de mutirão e, dois anos depois, junto ao Governo do Estado conseguiu-se a implantação da rede de esgotamento sanitário. “O bairro foi assim urbanizado, tornando-se mais habitável”, Joaquim Melo, um dos líderes da ASMOCONP” (França Filho & Silva Júnior, 2003).

Entretanto, em que pesem os avanços na infra-estrutural local, suas condições mais gerais de vida continuavam também amplamente influenciadas pela conjuntura política e macroeconômica. Uma pesquisa realizada pela ASMOCONP em 1997 constatou que a pobreza e a fome eram devastadoras no bairro. Naquela época, 90% da população economicamente ativa possuía renda familiar abaixo de 02 salários mínimos; 80% estava desempregada; e os pequenos produtores não tinham como empreender devido à falta de acesso ao crédito e as dificuldades na comercialização de seus produtos.

Durante aquele ano, a associação realizou inúmeras reuniões e seminários com os seus habitantes para discutir a condição de pobreza econômica local e suas alternativas de enfrentamento. Mais uma vez a comunidade se mobilizava na busca de resolução das suas dificuldades.

Foi nessa perspectiva que a ASMOCONP criou o *Banco Palmas*, em janeiro de 1998, e implantou uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores locais. Embora o termo economia solidária fosse nessa época desconhecido, a ideia era “um projeto de geração de trabalho e renda que estimularia a produção local através de uma linha de financiamento (microcrédito) e outra linha que estimulasse o consumo local através de um cartão de crédito próprio” (Melo Neto & Magalhães, 2003 *apud* França Filho & Silva Júnior, 2003).

O objetivo do projeto *Banco Palmas* seria então garantir microcréditos para produção e o consumo local, a juros muito baixos, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Mais do que um cadastro formal, a concessão do crédito exige um conhecimento da vida da pessoa do tomador do empréstimo na comunidade.

O agente de crédito consulta assim a rede de relações da pessoa como fonte de conhecimento. Já a cobrança do crédito, por sua vez, passa pela introdução de um mecanismo de controle social extremamente original ao envolver vizinhos numa espécie de aval solidário. São as próprias pessoas que funcionam como mecanismo de pressão moral junto ao indivíduo.

A efetivação desse projeto transformaria a atuação da ASMOCONP: Depois de 17 anos agindo como amplificadora das lutas para minimizar as carências sociais da população do Conjunto Palmeiras, tendo como ferramenta o capital social e como estratégia a pressão, a ASMOCONP passa a agir, principalmente, na intervenção e na aplicação de projetos sócio-produtivos de combate as desigualdades econômicas locais. Desde 1998, a ASMOCONP gerencia o *Banco Palmas* (França Filho & Silva Júnior, 2003).

BANCO PALMAS – INÍCIO DA REAPLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE BANCOS COMUNITÁRIOS

A Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira: “[...] desenvolveu um sistema econômico que conta com uma linha de microcrédito alternativo (para produtores e consumidores), instrumentos de incentivo ao consumo local (cartão de crédito e moeda social circulante) e alternativas de comercialização (feiras e lojas solidárias), promovendo localmente geração de emprego e renda para diversas pessoas. O Banco Palmas tem três características centrais: gestão feita pela própria comunidade, envolvendo a coordenação, gestão e administração dos recursos; sistema integrado de desenvolvimento local, que promove crédito, produção, comercialização e capacitação ao mesmo tempo, e o circulante local (PALMAS), complementar à moeda oficial (real), que é aceita e reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores do bairro, criando um mercado solidário e alternativo entre as famílias” (Banco Central Do Brasil, 2008, p 1).

Dessa forma, o Banco Palmas é uma iniciativa que fomenta a geração de trabalho e renda, através da utilização de diversos instrumentos de viabilização de microcrédito aos produtores e consumidores do bairro do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza/CE (Silva Júnior, 2004).

A iniciativa ganhou força e reconhecimento no início dos anos 2000, tanto que, em 2003, os moradores do Conjunto Palmeiras em Fortaleza, criaram o Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Sócio-economia Solidária, conhecido como Instituto Palmas, com o intuito de servir de apoio ao Banco Palmas, e também de auxiliar a criação de outros Bancos Comunitários no Brasil.

O Instituto Palmas obteve apoio de diversos atores da sociedade, tais como organizações governamentais e não governamentais, organismos multilaterais que acreditaram na ideia e no objetivo da diminuição da exclusão social e do desenvolvimento do território através dessa novidade social. Com esse apoio, o Instituto vem tentando reproduzir a metodologia em diversos locais do Brasil (Silva Júnior, 2006).

Segundo Lietaer Bernard, especialista belga em moedas sociais, autor do Livro “ O Futuro do Dinheiro”, em entrevista ao Jornal FOLHA de São Paulo, 2008 “ O Banco Palmas é mais avançado que o Grammen, porque ajuda proporcionalmente mais seus “clientes” a sair da pobreza. Aqui está a razão: a taxa de juros cobrada pelo Banco Grameen é de 26%, outras organizações de microcrédito, como a empresa Compartamos no México cobra mais de 100% ao ano. Quantos novos negócios podem ser criados que têm uma taxa de retorno suficientemente alto para financeiramente justificar tais empréstimos? Em contraste a isso, o Banco Palmas disponibiliza créditos em dinheiro nacional e Palmas. Os empréstimos em Palmas podem ser fornecidos a uma taxa de juros muito mais baixa do que aqueles em moeda nacional. Dessa forma que alguém pode contrair empréstimos em dinheiro nacional (caro), apenas o que precisa de ser importadas do exterior da Comunidade)por exemplo, máquinas de costura ou telefones mpoveis). Mas eles também podem emprestar (custo baixo) em Palmas para qualquer coisa que a comunidade local pode fornecer. Além disso, este por sua vez fornece mais trabalho para outras pessoas na mesma comunidade” (Jornal Folha De São Paulo, 2008).

Em 2005, o Banco Palmas ganhou o prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. A partir do prêmio, segundo o Banco Central do Brasil (2008): “surgiram solicitações em todo o Brasil para transferência da metodologia do Banco Palmas, objetivando a implantação de bancos comunitários em diversos municípios. No mesmo ano, o Instituto Palmas firmou parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE e com o Banco Popular do Brasil (BPB) para fazer a difusão da metodologia dos Bancos comunitários” (Banco Central Do Brasil, 2008).

Segundo Passos (2007), a primeira reaplicação da metodologia do Banco Palmas ocorreu em setembro de 2004, através de uma assessoria do Instituto na criação do Banco Par, no município de Paracuru, a 70 km de Fortaleza. Esse foi o segundo Banco Comunitário no Brasil, criado com as mesmas características do Banco Palmas.

Em 2005, conforme já demonstrado, a SENAES / MTE firmou parceria com o Instituto Palmas, para transferir a metodologia para outros municípios do Brasil, através do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários. Só no ano de 2005 foram criados mais quatro bancos comunitários no país: Banco Bassa (Santana do Acaraú /

CE), o Banco Serrano (Palmácia / CE), o Banco Bem (Vitória / ES) e o Banco Terra (Vila Velha / ES).

Atualmente no país, segundo o último levantamento do SEBRAE, no ano de 2010, existem mais de 50 bancos comunitários que, juntos, formam a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, o que demonstra a reprodução e aceitação dessa tecnologia social.

Cabe aqui destacar, as chamadas “tecnologias sociais”, pois o objeto de estudo deste trabalho se enquadra como uma dessas tecnologias.

Apesar de haver algumas contradições na literatura, pode-se compreender, de forma sintetizada, tecnologia social como: “(...) produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social” (Rede de Tecnologia Social -RTS, 2006).

Segundo o site oficial do Banco Palmas (2010), de 2007 a 2009 o Instituto Palmas realizou 3.139 operações de crédito, com um volume emprestado de R\$ 4.126.712,79. Ao todo foram beneficiadas 2.500 famílias, tendo mantido 8.000 postos de trabalho e gerados 2.000. O correspondente bancário realizou 28 milhões de transações e fez a gestão de quase 80 milhões de reais.

Ricardo Young em entrevista a revista “Carta Capital” de 04/03/2009, evidencia e corrobora o pioneirismo e a importância do Banco Palmas, “Um iPhone não pode ser produzido localmente, mas boa parte dos serviços de um bairro, sim. Um pedreiro precisa atravessar a cidade para conseguir trabalho, se há tantas obras na rua onde mora? Não. Mas o que falta para ele operar localmente? Crédito. Se os grandes bancos não se interessam por empréstimos de pequenas quantias, o que resta ao microempresário: os governos? Não. A ação da comunidade pode resolver alguns impasses. E o Brasil tem um belo exemplo: o Banco de Palmas. A ideia de criar um banco comunitário surgiu quando um grupo de moradores do bairro “descobriu” que a comunidade consumia perto de 2 milhões de reais por mês. Mas o dinheiro não movimentava a economia local, pois era gasto em outros bairros. Assim, mobilizando todos os moradores, reunindo-os em concorridas assembleias, este grupo conseguiu

criar um banco comunitário para fazer circular a riqueza dentro do Conjunto Palmeiras. Para tanto, foi instituído o palma, dinheiro alternativo e de uso exclusivo no bairro. As pessoas adquirem esta moeda trabalhando, executando algum serviço para a comunidade. O pagamento é feito nesta moeda e, com ela, é possível comprar qualquer coisa ou solicitar qualquer serviço no bairro. As vendas feitas para fora são negociadas em reais que, quando recebidos, são logo trocados por palmas no Banco. Como este dinheiro só circula no bairro, o Banco não tem problema de liquidez. Ele é emitido pelo próprio Banco e tem paridade com o real. Este dinheiro já ajudou muitos moradores a progredirem com seus negócios. Cabeleireiro, sapateiro, artesã, vendedora de roupas, dono de frigorífico, enfim, quase todas as empresas (micro) do local não existiriam e não prosperariam se não fosse o Banco Palmas. Na hora de pedir um empréstimo, a análise de crédito é feita entre os vizinhos do requerente. Nada de SPC ou Serasa. Os juros também são mais baixos e há um cartão de crédito para os bons pagadores. As decisões são tomadas por um colegiado formado pelos próprios tomadores do dinheiro do banco: artesãos, costureiras e comerciantes do Conjunto Palmeiras. (...) O Banco Palmas permitiu a criação de 1200 empregos locais; também melhorou a renda dos microempresários, fez a população criar raízes no lugar e desenvolveu uma cultura de solidariedade, bem como uma economia de compartilhamento. O Banco de Palmas será reconhecido, mais cedo ou mais tarde, como uma das mais originais contribuições brasileiras para o desenvolvimento sustentável na vertente da inclusão social com preservação ambiental. Um dos melhores exemplos de que se tem notícia para ilustrar a máxima gandhiana de “fazer mais com menos para mais”, em si uma definição da sustentabilidade “ (Carta Capital, 2009).

A IMPORTÂNCIA DOS BANCOS COMUNITÁRIOS

Os Bancos Comunitários tornaram-se, nesta última década, um instrumento de luta no Brasil, frente às desigualdades geradas pela acumulação de capital.

Enquanto tecnologia social, os Bancos Comunitários, “[...] estão bem caracterizados e conceituados como um projeto de apoio às economias populares de territórios com baixo desenvolvimento socioeconômico, tendo por base os princípios da Economia Solidária e oferecendo a população excluída do sistema financeiro quatro serviços:

fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária. Além disso, é possível assumir esta tecnologia social como sendo possuidora de um destacado papel de promotora do desenvolvimento territorial, do empoderamento e da organização comunitária, ao articular – simultaneamente – produção, comercialização, financiamento e capacitação das comunidades do território (Passos, 2007, p 66).

No Brasil, como citado anteriormente, o Banco Palmas (CE) têm grande importância na difusão dos Bancos Comunitários. Deste modo, desde 2005 “A SENAES/MTE atua com o Instituto Banco Palmas no apoio à organização de Bancos Comunitários para a consolidação desta metodologia e torná-la referência de política nacional de incentivo ao crédito para a produção, consumo e desenvolvimento local. O Instituto Banco Palmas, tem atuado na consultoria e assessoria na implantação dos Bancos e a SENAES tem financiado e apoiado a ação do Instituto” (SEBRAE, 2009).

Esta pesquisa tem por finalidade também, identificar as similaridades e as diferenças entre as experiências de Bancos Comunitários e Bancos Comerciais, com o intuito de replicar essa experiência de princípios solidários, em outros territórios e demonstrar o porquê das Finanças Solidárias e especialmente dos Bancos Comunitários serem iniciativas para o desenvolvimento endógeno, principalmente na periferia das cidades brasileiras.

De acordo com a II CONAES (2010, p 25), “Recente pesquisa realizada pelo Governo do Ceará, por meio da Universidade Estadual, apontou os seguintes resultados após o desenvolvimento das atividades do Banco Palmas na comunidade: as vendas nos pontos comerciais aumentaram em 40%; o número dos sócios na Associação aumentou de 500 para 1.300 em dois anos; 300 novas ocupações diretas e 600 indiretas foram geradas a partir da implantação da política de créditos; 30 mil Palmas (moeda social) estão sendo usadas no bairro. As mulheres aumentaram em 30% suas participações nas atividades da Associação a partir da Incubadora Feminina. Com relação aos clientes do Banco Palmas, 82% se sentem mais responsáveis; 95% consideram o Banco Palmas um agente erradicador da fome e promotor de emprego e renda; 54% se tornaram mais solidários.”

O desenvolvimento almejado pelos Bancos Comunitários vai ao encontro da ideia de Kliksberg (1998), sobre o desenvolvimento social, para esse autor a experiência concreta mostra que “o desenvolvimento social parece ser um processo vital para que possa existir um desenvolvimento econômico sustentado” (Kliksberg, 1998).

Os investimentos em capital humano e capital social e a melhoria da equidade, além de fins em si mesmos e a perspectiva de sociedades democráticas são necessárias para que o crescimento econômico possa ter bases firmes. “Sem desenvolvimento social paralelo não haverá desenvolvimento econômico satisfatório” (Wolfenshon, 1997 *apud* Kliksberg, 1998).

É possível afirmar que as premissas apresentadas pelos Bancos Comunitários fomentam o desenvolvimento social do território, baseado nos ideais da Economia Solidária, tecnologia social que trabalha com a equidade e com o capital humano e social, conforme as ideias de Kliksberg (1998) apresentadas acima.

Quem Precisa De Um Banco Comunitário?

Segundo o IBGE (2008 *apud* Ushizima, 2008) “[...] 13 milhões de brasileiros trabalham no setor informal, 94% deste contingente não possui carteira assinada e encontram maiores dificuldades em realizar um financiamento comum, tendo em vista a formalidade e as exigências dos bancos tradicionais. A pesquisa sobre Economia Informal Urbana realizada pelo IBGE confirma esta dificuldade de acesso ao crédito: os dados apontam que 95% das empresas informais brasileiras não utilizaram qualquer tipo de crédito, seja pela dificuldade de acesso, seja por seu alto custo. E justamente para suprir o reduzido volume de crédito destinado ao trabalhador do setor informal, ao desempregado, a dona-de-casa, que os bancos populares surgem como uma organização local de fomento.”

Os Bancos Comunitários estão voltados para esse público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social. Os créditos em consumo são concedidos em moeda social sem juros, de forma a propiciar uma sinergia entre os créditos produtivos concedidos e os créditos de consumo.

A aprovação dos créditos solicitados ao banco ocorre como na experiência, com o aval das pessoas da comunidade, que conhecem quem está solicitando o crédito, e com a participação dos trabalhadores do banco no Conselho de Análise de Crédito (CAC) (Banco União Sampaio, 2010). Os Bancos Comunitários vão ao encontro das ideias de Ledgerwood, que afirma que “[...] a constituição de grupos é condição necessária para a tomada do empréstimo. Esses grupos são responsáveis pela seleção dos beneficiários, criando mecanismos que vinculam socialmente um tomador ao outro: a liberação de um empréstimo depende do pagamento do outro. São mecanismos que diminuem os custos de transação, facilitam o acesso aos serviços financeiros, não demandam garantias reais e ajudam a diminuir as taxas de juros e o índice de inadimplência através de um monitoramento “invisível” efetivo” (Ledgerwood, 1999).

Os trabalhadores do banco são integrantes da própria comunidade ou vivem na localidade, o que gera outra forma de atendimento, mais humana e pessoal, diferente do atendimento dos bancos convencionais, partindo da identidade das pessoas com o Banco, naturalmente ele se torna legítimo no território, pois existe um sentimento de pertencimento e de apropriação (territorialidade) desse território – “Banco”.

Outro diferencial desses bancos comunitários é a gestão, esta é feita por uma associação local conjuntamente com a comunidade, por meio da criação de um conselho gestor e da realização de fóruns periódicos.

Algumas Características dos Bancos Comunitários que diferem dos Comerciais:

1. É a própria comunidade quem cria o banco, tornando-se gestora do mesmo por meio de uma associação local.
2. Financia a produção e o consumo local, promovendo o desenvolvimento da comunidade.
3. Fomenta o desenvolvimento do comércio local e da economia popular.
4. Atua em territórios caracterizados pelo alto grau de exclusão social.

Em resumo, baseado na Rede de Bancos Comunitários (2006 *apud* Silva Júnior, 2007), as características que se acredita distinguem os Bancos Comunitários dos Bancos tradicionais são: “A coordenação do Banco e gestão dos recursos são efetuados por uma organização comunitária; ii) A utilização de linhas de microcrédito para a produção e o consumo local com juros justos que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho em toda a comunidade; iii) A concessão e cobrança dos empréstimos são baseados nas relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle que é muito mais social que econômico; e iv) A criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local “ (Rede Brasileira de Bancos Comunitários, 2006).

OBJETO EMPÍRICO: BANCO COMUNITÁRIO UNIÃO SAMPAIO – SP

Constatou-se na visita ao Banco Comunitário União Sampaio no dia 13 de dezembro de 2010, a existência de um grupo forte e com bastante legitimidade no bairro Jardim Maria Sampaio, que conta hoje com aproximadamente 30 mil moradores, e se localiza na periferia da cidade de São Paulo no distrito de Campo Limpo. Este grupo se formou há mais de 30 anos e trata-se de uma união de mulheres que desde a criação no final da década de 70, já buscavam melhores condições de vida.



Figura 7. Símbolo do Banco União Sampaio.

Figure 7. Banco União Sampaio logotype.

Essas mulheres do bairro, reunidas, durante todo esse tempo realizou diversas ações locais, principalmente no apoio às crianças e na alfabetização do bairro. O Banco Comunitário União Sampaio, como cita o coordenador da equipe do Banco, só existe pela credibilidade e identidade desse grupo, que atende pelo nome de Casa da Mulher e da Criança e da Rede Solidária Zona Sul e é sede da UPM, União Popular das Mulheres.



Fonte: www.uniaopopmulheres.org.br

Figura 8. Símbolo da União Popular das Mulheres.

Figure 8. Women's Popular Union logotype.

A ideia da criação do Banco veio em 2009, através da proposta da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP de São Paulo (ITCP), que possuía uma importante parceria com a Prefeitura do Município de São Paulo, através da Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade (SDTS-PMSP), no Programa Oportunidade Solidária.

Nesse trabalho, foram desenvolvidas atividades com beneficiários dos programas de redistribuição de renda: Começar de Novo e Bolsa Trabalho, nos distritos de Capão Redondo, Jardim Ângela e Campo Limpo, onde se localiza o Jardim Maria Sampaio, periferia da Zona Sul de São Paulo, registrando um total de 1500 pessoas atingidas e mais de 50 grupos acompanhados. A partir dessa experiência, propôs-se uma nova estratégia de atuação baseada na criação e consolidação de uma Rede Solidária local.

Essa nova estratégia, em desenvolvimento desde o início de 2004, inicialmente com apoio do Programa Oportunidade Solidária, complementa a principal atividade realizada pela ITCP-USP, a incubação de empreendimentos de Economia Solidária. A formação da Rede local e de 6 empreendimentos da Zona Sul, e 4 empreendimentos no entorno da USP são atualmente projetos desenvolvidos através do financiamento do Programa Nacional de Incubadoras do governo federal (PRONINC).

A Rede envolve hoje parceiros do poder público local, empreendimentos de economia solidária e entidades da sociedade civil. A partir das parcerias a ITCP, com o estudo local do Maria Sampaio, se aproximou da Casa da Mulher e Criança, e realizou a proposta de criação de um Banco Comunitário, e este teria o apoio da Incubadora Universitária, mas seria gerenciado pelo grupo da comunidade local, assim como a ASMOCONP no Banco Palmas.

A coordenação da Casa da mulher e da Criança, a partir do entendimento do Banco Comunitário, das ações de Economia Solidária, e do desejo do desenvolvimento local, se interessou pela proposta e durante alguns meses estudos foram realizados no Maria Sampaio.

Os moradores participaram da criação e da escolha do nome do Banco, e foi realizada uma divulgação no bairro de sua inauguração no dia 27/06/2009, houve uma mobilização popular no bairro para a data, que foi seguida de uma festa junina. Conforme notícia do site “FACES DO BRASIL” do dia 26/06/2009 a programação de inauguração era: “ No dia 27 de junho ocorrerá o ato de inauguração de mais um Banco Comunitário no município de São Paulo, que será na Zona Sul, na região do Largo do Campo Limpo e no Jardim Maria Sampaio. O evento terá início às 13h no Centro de Referência em Economia Solidária da Zona Sul, com um debate sobre Finanças Solidárias: Como Estamos Avançando com o Banco Comunitário? O debate contará com a presença da Prof. Sylvia Leser, com o economista Idalvo Toscano e com um integrante de um empreendimento de Economia Solidária, que se depara fortemente com o problema do acesso ao microcrédito. Depois do debate haverá uma caminhada, às 15h, até a sede do Banco Comunitário União Sampaio, aonde será realizado o Ato de Inauguração, às 16h, com uma Festa Junina. Teremos neste espaço a presença de um representante da Diretoria de Menor Renda do Banco do Brasil, da Deputada Estadual Luiza Erundina e um representante do Instituto Palmas, ligado ao primeiro banco comunitário implementado no Brasil, o Banco Palmas. Este tem sido modelo para a implementação de políticas públicas de acesso ao microcrédito e de fomento à Economia Solidária e a Economia Popular, tanto pela SENAES/MTE (Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Ministério do Trabalho e Emprego) quanto pelo Banco do Brasil, por meio do Banco Popular do Brasil. O Banco será sediado na União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacência. Associação local atuante há mais de 20 anos na região, junto ao movimento popular e ao movimento de mulheres, sendo ativa na mobilização local, desde o movimento contra a carestia na década de 80, até os dias atuais. Esta implementação é fruto de uma parceria com a Rede Solidária da Zona Sul, que é uma organização da sociedade civil, constituída em 2004, em torno da Economia Solidária e do Desenvolvimento Local; agregando grupos produtivos da Economia Solidária e entidades locais, incluindo representantes do poder público local e a Cáritas do Campo Limpo.”

Segundo a entrevista realizada com a coordenação do Banco na pesquisa de campo, todos esses atos foram muito importantes, pois a mobilização popular, e apoio de outras

entidades, inclusive do poder público e de representantes do Banco Palmas, deram força para o início dos trabalhos.



Fonte: <http://www.escoladenoticias.org/p/contrate-o-escola-de-noticias.html>

Figura 9. Logo dos comércios que aceitam o “Sampaio”.

Figure 9. Logo that can be seen in shops accepting “Sampaio” currency .

No início de 2011, um ano e meio depois da inauguração do União Sampaio, já existia mais de 30 estabelecimentos que aceitavam e utilizavam o Sampaio – moeda social do Banco - o sistema de crédito é dividido em produtivo, consumo e correspondente bancário, porém, o modo de conceder o crédito é completamente diferente dos Bancos Comerciais, pois não há consulta aos órgãos de proteção ao crédito como SPC e SERASA, é uma relação pautada na confiança. O beneficiário do crédito necessita habitar o bairro há mais de 5 anos, ser bem querido pela população local e ter uma conduta aceita pelo bairro, entre outros fatores, que vão muito além do simples ato emprestar o dinheiro.

Outro fator importante citado pela coordenação do União Sampaio é que o empréstimo é a última alternativa a se buscar, existe todo um estudo sobre as finanças da pessoa pelo “analista de crédito” do banco, muitas vezes a pessoa não precisa do empréstimo, e sim aprender a usar o dinheiro que ganha, e manter as contas em dia.

Esse tipo de ação mostra como um Banco Comunitário se difere de um Banco Comercial, já que o maior interesse é pela comunidade local, e não no lucro.

O sistema de crédito do União Sampaio funciona da seguinte forma:

Tabela 1. Sistema de Crédito do União Sampaio.

Table 1. Credit System from Union Sampaio.

<p><u>Crédito Produtivo</u></p> <p>Objetivos: atender aos pequenos empreendedores locais com capital de giro ou fixo (EES – Comerciantes – Mulheres – Cultura)</p> <p>Realizado em Reais. Valor máximo de R\$ 1.000,00</p> <p>Parcelas em até 6 vezes e taxa de juros evolutivo:</p> <p>De R\$ 100,00 a R\$ 300 = 1,5%</p> <p>De R\$ 300,00 a R\$ 699,00 = 2%</p> <p>De 700,00 a R\$ a R\$ 1.000,00 = 2,5%</p> <p><u>Crédito Consumo</u></p> <p>Objetivo: atender às necessidades emergenciais ou desejos de consumo, promovendo o fortalecimento dos empreendimentos locais.</p> <p>Realizado Sampaio; valor máximo \$ 300,00</p> <p>Parcelas em até 4 vezes e taxa de juros de 0%</p> <p>Taxa adm 1% e multa por atraso de R\$ 0,25 ao dia.</p> <p>“Para acessar os créditos é preciso fazer uma solicitação de crédito no banco e depois receber em sua casa a visita do banco para preencher um questionário socioeconômico para análise de crédito”.</p>

O Banco tem como objetivo também, realizar acompanhamento e formação com empreendedores interessados com ferramentas específicas, tais como:

- Plano de Negócio; Comercialização e Gestão financeira.

CONSIDERAÇÕES E RESULTADOS OBTIDOS

Após o estudo realizado, a bibliografia consultada, a visita de campo e análise dos resultados, acredita-se que é possível afirmar e constatar que:

- As premissas apresentadas pelos Bancos Comunitários vão ao encontro do desenvolvimento social do território,

- Essa Tecnologia Social tem por metodologia a equidade e capital humano e social.

- Os Bancos Comunitários disponibilizam recursos monetários às pessoas não atendidas pelo sistema financeiro convencional e podem identificar também o conjunto de tecnologias sociais que contribuam para a criação de uma rede de empreendimentos econômicos solidários que fortalecem a produção e o consumo local, de forma a potencializar a integração social e as relações comunitárias, gerando o desenvolvimento sócio - econômico do território.

- As melhorias de índices de qualidade de vida no Conjunto Palmeiras, onde se encontra o primeiro Banco Comunitário brasileiro, são inegáveis, após mais de uma década de funcionamento.

- Vêm se formando no país, uma sólida rede de Bancos Comunitários que possui apoio de diferentes atores institucionais e sociedade civil. Tanto que em pouco mais de uma década já existem no Brasil mais de 50 bancos Comunitários, e uma organização responsável (Instituto Palmas) pela replicação dessa metodologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay R & Carvalho C E. 2004. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. En: Santos C A dos (Org), *Sistema Financeiro e as micro e pequenas empresas – Diagnósticos e perspectivas*. SEBRAE, Brasília

- Abramovay R & Junqueira R A. 2005. Sustentabilidade das Microfinanças solidárias. *Revista de Administração da USP*, São Paulo, 40 (1): 19-33

- Albuquerque F. 2004. Marco conceitual do desenvolvimento local. Disponível em www.desenvolvimentolocal.org.br Acesso em 17/07/2010.
- Andrade M C. 1995. A questão do território no Brasil. Hucitec, São Paulo; Ipespe, Recife.
- ANTEAG. 2004. *Autogestão e Economia Solidária: Uma nova metodologia*. ANTEAG, São Paulo.
- Banco Central Do Brasil. 2008. Boletim Responsabilidade Social E Ambiental Do Sistema Financeiro. p: 3, 29.
- Boisier S. 1996. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, disponível em www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp13/boisier.pdf Acesso em 22/06/2010
- Brasil. 2006. *Atlas da economia solidária no Brasil 2005*. MTE/SENAES, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília
- Baudowin T & Collin M. 2006. *O território do comum na mobilização produtiva dos atores da cidade*. In: Silva G & Cocco G. (Orgs.). *Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local*. DP&A Rio de Janeiro; SEBRAE, Brasília, DF
- Castells M. 1999. *A sociedade em rede. A era da informação, economia, sociedade e cultura*. Paz e Terra, São Paulo
- Centro de Estudos para o Desenvolvimento Local. 2008. *Sondagem das Experiências de Moedas Alternativas em Curso no Brasil*. Banco do Nordeste

- Cortegoso A, Táfuri D, Shimbo I & Zanin M. 2009. Desenvolvimento territorial por meio da economia solidária: o papel das iniciativas Financeiras. *Encontro Latino Americano de Edificações Sustentáveis*, Ufscar, São Carlos.
- CONAES. 2010. II Conferência Nacional de Economia Solidária –Caderno Temático. *Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável*. Brasília
- Félix W, Granjeiro F, Quirino R & Silva Junior J. 2009 *A Relação entre Tecnologia Social e o Desenvolvimento Local Participativo: a Apaeb e o Instituto Palmas como Expressão destes Vínculos*. Revista do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial, Universidade Estácio De Sá, Rio de Janeiro
- Ferraz F. 2005. *Relações Entre Economia Solidária E Desenvolvimento Local Caso: Governo Federal Do Brasil No Período 2003-2007*. Disponível em:
 - <http://sinequanon-Descalvado.blogspot.com/2007/10/relaes-entre-economia-solidria-e.html>. Acesso em 19/07/2010
- França Filho G. 2001. Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos). *Organizações e Sociedade*, EAUFBA, Salvador: 8-20
- França Filho G. 2005. Une dynamique associative emblematicque au nord-est brésilien. Em: Laville J-L (Orgs) *Action publique et economie solidaire*. Edition-Èrés, Paris
- França Filho G. 2006. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Ed. UFRGS, Porto Alegre
- França Filho G & Silva Júnior J. 2003. *Fator associativo e economia solidária: a experiência do Banco Palmas no Ceará*. Fortaleza

- Fuini LL. 2006. A nova dimensão dos territórios: Competitividade e arranjos produtivos locais (APL). *Estudos Geográficos*, 4 (1): 53-66 Disponível em: <http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo/article/view/213/182> Acesso em: 10 fev, 2009
- Gill A C. 2002. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. Atlas, São Paulo
- Godoy T M P. 2005. *O Espaço da Produção Solidária dos Catadores de Materiais Recicláveis – Usos e Contradições*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP, Rio Claro
- INCOOP/UFSCar (Incubadora Regional de Cooperativa Populares/Universidade Federal de São Carlos). 2008. *Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP*. São Carlos, SP, Brasil
- ITS (Instituto De Tecnologia Social) (Org.). 2007. *Conhecimento e cidadania 1: tecnologia social*. Publisher, Guarulhos, SP
- Januzzi P de M. 2001. *Indicadores Sociais no Brasil*. Edit Alinea, Campinas
- Januzzi P de M. 2002. Indicadores Sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 36 (1): 51-72
- Kliksberg B. 1998. *Repensando o Estado para o Desenvolvimento Social: Superando Dogmas e Convencionalismos*. Edit Cortez, Brasília
- Ledgerwood, J. 1999. *Microfinance Handbook*. The International Bank for Reconstruction and Development - The World Bank.

- Leite, L, Castro, M & Santos, A. 2007. O Processo De Construção De Um Clube De Trocas E sua Função Como Catalisador No Fomento A Novos Empreendimentos Econômico Solidários. *V Encontro Internacional De Economia Solidária “O Discurso E A Prática Da Economia Solidária”*. Nesol, USP, São Paulo.
- Melo Neto J J & Magalhães S (Org). 2003. *Bairros pobres – ricas soluções*. Banco Palmas ponto a ponto. Lamparina, Fortaleza
- Melo Neto J J & Magalhães S (Org). 2005. *Banco comunitário e cooperativa de crédito: uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia*. Expressão Gráfica, Fortaleza
- Morelli LA & Suertegaray D.M. 2009. Meio ambiente, territorio e identidade cultural- Estudo de caso da Aracruz Celulose do RS. *Geografia: Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, 13 (2): 430-435
- Musa S M. 2001. *Diminuição da pobreza em Bangladesh*. A experiência do Banco Grameen. Disponível em:
<http://www.comitepaz.org.br/download/Diminui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pobreza%20em%20Bangladesh.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro. 2011
- Passos O A V D. 2007. *Estudo exploratório em Bancos Comunitários: conceito, características e sustentabilidade*. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal da Bahia, Salvador: p
- PLC (Projeto de Lei da Câmara) 9307. 2007. Disponível em
http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=97008. Acessado em 15/04/2012
- PBH (Prefeitura Municipal De Belo Horizonte). 1996. *Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte – IQVU/BH*. ACS / PBH, Belo Horizonte

- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2000. *Definição e Metodologia de Cálculo dos Indicadores e Índices de Desenvolvimento Humano e Condições de Vida*. Disponível em: http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_portoalegre/LivroAtlasRMPA.pdf
Acesso em: 24 jan. 2011
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2009. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2009. Anuais: 1990-2006. 2006*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/27169334/Relatorio-do-Desenvolvimento-Humano-2009-Mobilidade-e-desenvolvimento-humano-PNUD-ONU> Acesso em: 20 fev. 2010
- Pochman M & Amorim R (Org). 2003. *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. 2ª ed. Cortez, São Paulo
- Rede Brasileira de Bancos Comunitários. 2006. *Banco comunitário: serviços solidários em rede*. Instituto Banco Palmas, Fortaleza
- Rede Brasileira de Bancos Comunitários. 2006b. *Memória das reuniões da rede na I Mostra de Cultura e Economia Solidária*. Instituto Banco Palmas, Fortaleza
- Santos M. 1992. *Espaço e Método*. Nobel, São Paulo
- Santos M & Silveira M L. 2001. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Record, Rio de Janeiro
- SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo). 2010. <http://asn.interjornal.com.br/noticia.kmf?canal=214&cod=9180461>
Acesso em 14/07/2010
- Silva E L & Menezes E M. 2001. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3ª ed. UFSC/PPGEP/LED, Florianópolis

- Silva Júnior JT. 2004. *Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da Asmoconp/Banco Palmas*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador: 99 p
- Silva Júnior J T. 2007. Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias. *VI Conferencia Regional de ISTR para América Latina y El Caribe*, 8 a 11 de novembro de 2007, Salvador, Bahia, Brasil
- Singer P. 2002. *Introdução à Economia Solidária*. Editora Perseu Abramo, São Paulo
- Singer P. 2003. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. En: Singer P & Souza A (Org), *A Economia Solidária no Brasil*. Contexto, São Paulo
- Soares C. 2006. *Moeda Social: Uma análise interdisciplinar de suas potencialidades do Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina
- Vecchiatti K. 2004. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. *São Paulo em Perspectiva*, 18 (3): 90-95
- Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8392004000300010&lng=en&nrm=iso Acesso em 10/07/2010
- Yunus M. 1997. The Grameen Bank story: Rural credit in Bangladesh. P 9–24 Em: Krishna A, Uphoff N & Esman M J (Ed) *Reasons for Hope: Instructive Experiences in Rural Development*. Kumarian Press, London
- Wolfensohn JD. 1997. 1,3 billion people living on a dollar a day. *The Washington Post*, 13 october